

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

### A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER<sup>1\*</sup>

Sara Mata de López<sup>2</sup>

*¿Hechos independientes de España,  
lograremos una administración paternal o  
seremos víctimas de la ambición de algún  
soldado afortunado?*  
“Autobiografía política” de Juan Ignacio de  
Gorriti (1776-1842)

#### Resumo

Nas guerras de independência americana, a experiência saltenha reúne conotações particulares, que validam o estudo de caso para interpretar a complexidade dos movimentos sociais e de construção de novas formas de poder político que desembocaram nas lutas anticoloniais. Neste trabalho, nos propomos a analisar, embora de maneira preliminar, as relações e práticas de poder que foram tecidas no contexto da mobilização rural e da guerra de independência, colocando a ação de Martín Miguel de Güemes, e sua liderança política e militar, como foco de interesse. Interessa-nos, em particular, explicitar as condições objetivas sobre as quais operaram as estratégias utilizadas na construção de um novo clientelismo político e a articulação da insurgência social no discurso revolucionário e independentista.

**Palavras-chave:** Salta, guerra de independência, insurgência, poder, Güemes.

O cônego Juan Ignacio Gorriti, protagonista dos turbulentos anos das primeiras décadas pós-independência, afirma em sua autobiografia, que, entre as preocupações e temores que o atormentavam quando “*via que a revolução viria*”, se encontrava precisamente a incerteza e a insegurança acerca do poder emergente da guerra contra a Espanha. Estas preocupações, utilizadas por Gorriti como recurso retórico, nos introduzem na discussão dos acontecimentos ocorridos em Salta, e na atuação de Martín Miguel de Güemes, como uma triste confirmação de suas premonições. Eles, o “*povo decente de Salta e Jujuy*”, foram vítimas de um soldado afortunado<sup>3</sup>.

Desta forma, fica colocado o conflito que marcou os movimentos de independência americana, dos quais a província de Salta não escapa de forma alguma. Dentro do contexto revolucionário, a experiência saltenha, tal como a denominou Halperín Donghi em “*Revolución y Guerra*”<sup>4</sup>, há três décadas, reúne conotações

---

\* Tradução de Wagner Silveira Rezende (doutorando em Ciências Sociais pela UFJF) e Juliana Frizzoni Candian (doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ).

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

particulares, que validam o estudo de caso para interpretar a complexidade dos movimentos sociais e de construção de novas formas de poder político, que culminaram nas lutas anticoloniais da América Hispânica. A mobilização rural na jurisdição de Salta, e a ascensão ao poder de Martín Miguel de Güemes, militar do Exército Auxiliar do Norte, vizinho à cidade, constituem um caso de indubitável interesse no contexto das guerras de independência.

A figura de Güemes despertou desde as mais ardentes adesões até os mais amargurados sentimentos de ódio por parte de seus contemporâneos, sentimentos que persistiram durante todo o século XIX, até que, finalmente, em princípios do século XX, ele ingressou definitivamente no rol dos heróis pátrios, quando Bernardo Frias, parafrazeando Bartolomé Mitre, publicou a *“Historia del General Martín Miguel de Güemes y de la Provincia de Salta o sea de la Independencia Argentina”*, na qual, inequivocamente, reconciliava, na historiografia saltenha, o controverso Güemes com a elite que propiciou sua morte. O trabalho de Frias, continuado por Atílio Cornejo, conspícuo membro de uma das famílias mais representativas da sociedade saltenha, e,

finalmente, por Luis Colmenares, contribuiu para a construção historiográfica que, ao passo que transformou Güemes em ícone local, intermediou e dificultou o estudo do período<sup>5</sup>.

Abordar o estudo do conflito social e da guerra de independência, na qual se encontrava a campanha saltenha, inclui, necessária e inevitavelmente, investigar a atuação de Martín Miguel de Güemes, tarefa que reconhecemos ser altamente complexa, pois exige uma reflexão teórica, que implica buscar explicar ou compreender os atos de um indivíduo em condições dadas, as quais não determinam necessariamente suas escolhas em um contexto de ações possíveis. Portanto, identificar essas condições objetivas, dentro das quais seu agir adquire um sentido, se impõe como uma tarefa necessária, mas não suficiente. As categorias propostas pela história política e pela sociologia para explicar, em determinadas circunstâncias, quase sempre traumáticas, a emergência de líderes, ou condutores de movimentos sociais, não conseguem, no entanto, dar conta da complexidade do problema, já que os movimentos sociais configuram experiências vitais, nas quais intervêm, inclusive no nível inconsciente, as

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

paixões, os desejos, os interesses e aspirações sociais, a as práticas sociais incorporadas culturalmente.

Em trabalhos anteriores, alguns deles publicados, ensaiamos uma explicação acerca da insurgência revolucionária que mobilizou a população rural em Salta, depois de estudar detidamente a sociedade colonial local, especialmente o âmbito rural<sup>6</sup>. Os conflitos e enfrentamentos prévios, e os processos de militarização, tais como se manifestaram na província de Salta de Tucumán e, especialmente, na jurisdição da cidade capital, nos permitiram aproximar da mobilização revolucionária, rejeitando interpretações baseadas na adesão da “plebe” como consequência da “distância social” ou do clientelismo que permitiu aos grandes proprietários subordinar seus empregados rurais, ou, o que é ainda mais frequente na historiografia local, a interpretação de que os gaúchos, as pessoas rústicas do campo, sentiram arder em seu peito a ânsia de liberdade e não hesitaram em dar sua vida pela pátria<sup>7</sup>. Ou seja, embora uma interpretação converta as atores rurais em agentes passivos, a outra interpretação atribui a eles motivações que correspondem ao discurso político dos setores dominantes.

De igual modo, a identificação de Güemes como caudilho foi, segundo a perspectiva historiográfica, um elogio ou uma desqualificação. Seus rivais políticos o denominaram assim depreciativamente, e Bartolomé Mitre o qualificou deste modo, apesar de diferenciá-lo dos outros caudilhos argentinos, por sua defesa da fronteira do norte do país. Os intelectuais saltenhos, reconciliados com sua figura, recusaram outorgar a Martín Miguel de Güemes a qualificação de caudilho, da forma como ele foi caracterizado por Domingo F. Sarmiento. Para eles, Güemes, de modo algum, representaria a barbárie, e suas ações não tiveram como fim a ambição de poder pessoal, mas sim os altos interesses da pátria. Seus procedimentos, por vezes arbitrários e que lhe valeram a inimizade da elite de Salta e de Jujuy, se justificariam pela urgência do momento.

Não é objetivo destas linhas apresentar as interpretações que foram elaboradas na historiografia sobre Güemes, nem resenhar os estudos sobre os caudilhos na América Hispânica e no Rio da Prata<sup>8</sup>. Propomo-nos a analisar somente, ainda que de maneira preliminar, as relações e práticas do poder que tiveram lugar no contexto da mobilização rural e da guerra de

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

independência, colocando o agir de Güemes como o centro de interesse, rejeitando sua qualificação *a priori* como caudilho. Interessa-nos explicitar as condições objetivas nas quais atuou e de que modo suas ações se articulavam com o discurso revolucionário e independentista.

### A REVOLUÇÃO EM SALTA. CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E INCERTEZAS

A afirmação de Juan Ignacio Gorriti (de que a revolução estava próxima) acabaria por se mostrar, por tratar-se de uma apreciação posterior aos acontecimentos, pouco confiável, se não fosse o clima político – das últimas décadas coloniais e ainda mais nos anos anteriores – indicar a insegurança das autoridades peninsulares quanto à fidelidade dos vassallos americanos em relação à coroa espanhola. Inclusive antes da revolução de Tupac Amaru, os funcionários peninsulares ilustrados na América suspeitavam da persistência das línguas andinas e da obstinada opinião dos índios e (não poucos) mestiços acerca das virtudes passadas do Império dos Incas e dos direitos que a estes assistiam<sup>9</sup>. Não faltaram razões quando, em 1791, as autoridades

coloniais alertaram ao Intendente de Salta sobre a circulação de moedas, relógios, e caixas para tabaco em pó, gravadas com a inscrição “liberdade americana”, em referência à liberdade das colônias anglo-saxãs. Estas mercadorias ingressavam pelo porto do Peru e o vice-rei, preocupado, ordenou que, com a maior cautela e prudência, se evitasse sua venda, pois “... *sua propagação poderia ocasionar muito prejuízo à tranquilidade pública*”<sup>10</sup>. Maior sobressalto sofreu quando, em 1895, circulou em Buenos Aires, e provavelmente por todo território do Vice-reinado do Rio da Prata, um escrito produzido em Salta e assinado com o pseudônimo “El Hombre” (O homem), que afirmava que parte do povo do Peru e do conselho da Espanha havia assassinado o rei. Considerava que ditas razões impediam a Espanha de escravizar a América e propunha, entre outras coisas, solicitar proteção e amparo da Inglaterra, oferecendo-lhe o comércio com o Rio da Prata e a designação de deputados por parte de todos os Conselhos do Vice-reinado, que deveriam reunir-se em uma “*cidade que seja como o centro*”. Propunha, ainda, que, apesar de buscarem alguém próximo aos Incas para a posição de Rei Hereditário, na falta de sucessão, os

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Conselhos governariam sem modificar nenhuma lei<sup>11</sup>. Neste contexto, é preciso indagar ainda mais acerca dos conflitos e disputas prévias, especialmente no processo de militarização, e dos espaços de poder que com eles se abrem, assim como também levar em consideração os temores existentes entre as autoridades e as elites diante da possibilidade do conflito social<sup>12</sup>.

Não há dúvidas, uma vez comprovado o nível de educação alcançado pela elite saltenha, que enviou seus jovens para estudar na prestigiada Universidade de Chuquisaca e, em alguns casos, para a Espanha, que o ambiente intelectual propiciava a circulação de informações e ideias que alentaram, em alguns setores da elite, a esperança de modificar a relação colonial com a Espanha<sup>13</sup>. É demasiado arriscado conceder importância ao clima conspirador prévio, se é que realmente ele existiu, na reação do Conselho de Salta diante da criação da Junta de Governo em Buenos Aires, em maio de 1810. De qualquer forma, a adesão do Conselho e do Governador Intendente, o fazendeiro local Domingo Severo de Isasmendi, mostrou, desde o primeiro momento, uma constante que persistiu durante os anos de 1810 a 1820: o faccionismo que caracterizava a

sociedade saltenha de fins da colônia e os conflitos entre funcionários borbônicos, incluindo o Governador e seus aliados *criollos* e peninsulares, com outros setores da elite<sup>14</sup>. Desde essas primeiras, e nada simples, resoluções de adesão, a facção “realista”<sup>\*</sup> contou com considerável número de adeptos (manifestos ou encobertos), ou pelo menos com os adeptos necessários, para convencer o exército do rei acerca das possibilidades de recuperação destes territórios<sup>15</sup>.

Não eram poucos os interesses que afetavam um conflito generalizado, interferindo, fundamentalmente, na principal atividade da colônia: o comércio. Salta havia incrementado notavelmente seu vínculo mercantil no espaço peruano nas últimas décadas da colônia, tanto que, paradoxalmente, os interesses de seus comerciantes se ligavam mais estritamente com Buenos Aires, cujos mercados, e os de Cádiz, se abasteciam com mercadorias que comercializavam em Salta. Em seu mercado, havia mercearias rurais e urbanas, e os salários dos peões e capatazes, que pastoreavam o gado bovino e de mulas para o Alto Peru e para o Peru, eram gastos ali. Também

---

\* “Realistas eram os apoiadores do rei da Espanha (N. T.).”

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

nelas, se abasteciam os comerciantes de Tarija e Cochabamba de produtos de Castilla<sup>16</sup>.

O comércio de mulas era o verdadeiro fundamento da atividade econômica da jurisdição e sua importância cresceu nos últimos anos da colônia, provocando trocas que se manifestaram na comercialização e valorização das pastagens. A comercialização do gado de mulas se concentrou em uma companhia formada por José Gómez Rincón e Domingo Olavegoya, comerciantes vizinhos de Potosí e Lima<sup>17</sup>, reduzindo a participação dos estancieros e comerciantes de mula em Salta, mesmo quando eles permaneciam grande parte do ano em sua vizinhança, atendendo a seus negócios<sup>18</sup>. Em Salta, era procurador da companhia José de Ibazeta, membro de uma família de estancieros e importantes comerciantes de mulas da segunda metade do século XVIII. Rincón, Olavegoya, Ibazeta e parte de sua extensa parentela manifestaram, de maneira constante, sua lealdade ao rei e colaboraram com os realistas quando estes se instalaram em Salta.

Consequência da crescente demanda de pastagens para as invernadas de mulas, teve lugar um

significativo processo de apropriação de terras e de valorização das propriedades rurais, principalmente nas zonas de mais fácil acesso a Sumalao, no vale de Lerma, favorecendo o fluxo crescente de população de outras regiões, e agudizando ainda mais os conflitos pelo acesso à terra.

Tal como é lógico supor, a oposição de Potosí e de outros centros alto-peruanos em reconhecer a Junta de Buenos Aires, e a imediata proibição, imposta pelas autoridades de Potosí, de enviar efetivo para Buenos Aires, foram os indícios das dificuldades que se apresentariam ao comércio. Em Salta, os comerciantes se viram impossibilitados de cobrar seus créditos no Alto Peru e a interrupção do comércio de mulas prejudicou a todos aqueles comerciantes que operavam na criação de mulas nas províncias alto-peruanas. Os estancieros e proprietários de terras, em cujas terras invernavam as mulas, dispuseram, por sua vez, de meios para atenuar o impacto que significava a interrupção de internações de tropas nas províncias sob o controle realista. Para abastecer o exército patriota, foram confiscadas as mulas que estavam invernando, pertencentes a comerciantes alto-peruanos que se declararam, ou foram declarados, como

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

realistas, mas os vizinhos de Salta, em cujas instâncias o gado invernava, cobraram seus créditos<sup>19</sup>, e foi frequente a apropriação do gado pertencente a realistas peruanos, que se encontrava em invernada, para, em seguida, vendê-lo ao exército<sup>20</sup>.

As contribuições para a causa prejudicaram uns comerciantes mais do que outros<sup>21</sup>. Indubitavelmente, o clima social se encontrava definitivamente alterado e as amizades ou inimizades desempenharam um papel importante para suportar as circunstâncias adversas, o que significava derivar recursos para um exército que precisava de homens, fuzis, transporte, alimentos, vestimentas, mulas e todo tipos de insumos.

Grande parte destes insumos e dos homens que eram recrutados para as milícias nos primeiros anos da revolução procediam do âmbito rural. Em 1810, a população rural, em sua maioria formada por mestiços e afro-mestiços, e, em menor medida, por indígenas, havia crescido de maneira considerável, tanto na fronteira quanto no vale do Lerma. Nas últimas décadas da colônia, um importante número de imigrantes, majoritariamente mestiços e indígenas, procedentes do Alto Peru, Tarija e outras regiões da Intendência,

se reuniram como peões nas instâncias da jurisdição, ou se instalaram como agregados ou arrendeiros. Os estancieiros e proprietários de terra, em sua maioria membros da elite, concentravam em suas mãos as melhores terras e as fazendas mais valiosas, produtoras de cereais, que abasteciam a jurisdição com farinha. Não obstante, em algumas áreas bem definidas do vale do Lerma, tais como as regiões de Chicoana e dos Cerrillos, predominavam pequenos e médios proprietários, de heterogênea composição étnica e social, ao passo que os arrendamentos constituíam uma forma generalizada de exploração agrária. Na fronteira, por sua vez, o arrendamento se concentrou nas propriedades localizadas nas áreas de ocupação mais antiga. Nas terras próximas aos fortes, portanto mais expostas aos ataques dos “infiéis”, a ocupação foi mais precária (geralmente sem títulos), com as terras sendo adquiridas a preços muito baixos por soldados partidários, ou por vizinhos com recursos mais modestos das cidades de Salta, Óran e Jujuy.

A militarização crescente da fronteira, a partir da expulsão dos jesuítas, foi reforçada pela organização das milícias em 1804, que outorgou

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

maiores poderes aos Comandantes de fronteira e tornou frequente a presença de homens armados, de diversas condições sociais. As atividades de criação de gado, tanto no vale do Lerma quanto na fronteira, exigiam mão de obra sazonal. Um importante número de peões, em conluio diariamente, dispunha de montaria própria para realizar as tarefas relacionadas com o gado, tanto o bovino quanto o de mulas, indicando que se tratavam de pequenos produtores que complementavam a receita familiar por meio desta atividade<sup>22</sup>. No vale Calchaquí, por sua vez, a população era majoritariamente indígena e estes se encontravam como arrendatários e colonos nas poucas propriedades que concentravam grande parte dos terrenos úteis do vale. Entre elas, a mais extensa era a Fazenda de Molinos<sup>23</sup>, que contava com uma das poucas e importantes *encomiendas* de índios existentes na jurisdição da Intendência de Salta. Nas últimas décadas da colônia, nos interstícios das fazendas, se consolidou, nas paragens de Las Chacras e Seclantás, um setor camponês integrado por pequenos e médios proprietários dedicados à produção de farinha e cereais.

Em 1804, a organização das Milícias de Cavalaria Regulamentada de

Salta havia elevado os principais proprietários do Vale de Lerma e da fronteira aos postos de maior patente militar, e tanto seus oficiais como seus soldados pertenciam à campanha e a setores sociais de diversa condição étnica. Ao saberem, em Salta, que um Exército Auxiliar avançava para o Alto Peru e receberem ordens de Buenos Aires para alistar homens, outros corpos milicianos se agregaram à milícia da colônia. Em 1811, haviam se organizado em Salta oito companhias do Regimento de Voluntários de Cavalaria, sete das quais correspondiam aos diferentes partidos rurais da jurisdição da cidade<sup>24</sup>. Organizadas sobre as bases de milícias prévias, era evidente que, nos primeiros anos, a revolução não despertava entusiasmo entre os setores populares e na campanha saltenha, mesmo quando existiram iniciativas espontâneas, como a organização de um corpo de milícias, formadas por pardos e morenos, na cidade de Salta.

O abastecimento de gado para o exército, que de Buenos Aires avançava para o Alto Peru, nos anos de 1810 e 1811, se realizou por meio de compra com fundos da Caixa da Intendência e beneficiou não somente os grandes estancieros, mas também os pequenos

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

proprietários. São reveladoras na documentação as referências à aquisição de escassas cabeças de gado a diferentes indivíduos<sup>25</sup>. A produção de pão, o transporte para insumos e outros gastos foram parcialmente satisfeitos com os recursos gerados pela Junta de Buenos Aires, as receitas dos fundos de cada jurisdição da Intendência e os primeiros empréstimos.

A derrota do Exército Auxiliar no Alto Peru, em 1812, e o avanço das tropas realistas, recuperando os territórios alto-peruanos, obrigou o exército a forçar o abandono de suas terras por parte da população de Jujuy antes que todos os bens, gado e alimentos pudessem ser utilizados pelo inimigo. O chamado “êxodo de Jujuy” não foi voluntário. Em suas memórias, José Maria da Paz, ao recordar as ações das quais participou em 1812, assinala que “quando /.../ o General Pueyrredón empreendeu sua retirada com seu exército, ninguém (com muito raras exceções) se deslocou de sua casa, e esses saltenhos e originários de Jujuy /.../ aguardaram muito pacificamente para esperar o inimigo e submeter-se a sua autoridade”<sup>26</sup>. É indubitável que o âmbito rural não apresentava, em fins de 1812, a insurgência que o caracterizaria dois anos depois<sup>27</sup>. O

mesmo Paz, explicando a capitulação assinada por Belgrado com Tristán, após o triunfo do exército patriota em Salta, em fevereiro de 1813, justificava a cláusula que permitiu às tropas realistas a retirada para o Alto Peru depois de entregarem as armas, dado que “... naquele tempo, esse elemento popular, que foi tão poderoso depois nas mãos dos caudilhos, era quase desconhecido, e como consequência, os generais pouco ou nada contavam com quem estava fora da tropa de linha...”<sup>28</sup>. Mesmo quando o tribunal militar favoreceu o recrutamento, e que a esperança de reconhecimento social, com a consequente ascensão social, encorajou amplos setores sociais, tradicionalmente postergados, a aderir à revolução, fica claro que esta adesão não foi, a princípio, unânime, nem alcançou as características de insurreição social que haveria de manifestar pouco tempo depois. A mobilização nestes primeiros anos tinha como finalidade responder às necessidades do Exército Auxiliar do Norte e não excedia os limites do recrutamento de milicianos, muita vezes de maneira forçada<sup>29</sup>.

**A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS  
RELAÇÕES DE PODER  
INSURGÊNCIA E REVOLUÇÃO. A  
LIDERANÇA DE MARTIN  
MIGUEL GÜEMES**

Um elemento fundamental na análise deste período é a mobilização ou insurreição social, tema pouco estudado, apesar de constituir uma peça fundamental da revolução de Salta<sup>30</sup>. Não teria sido possível manter a guerra durante longos anos se não tivessem existido motivações sociais e políticas que levaram os “gaúchos” e “civis” da campanha a lutar contra o exército espanhol. As razões da insurgência nas jurisdições de Salta e Jujuy são difíceis de estudar e seguramente muito variadas, porém nelas estão presentes as tensões de uma sociedade rural que competia por terras e por gado. Uma vez iniciada a resistência à presença realista, o movimento revolucionário em Salta se radicalizará vertiginosamente, dia a dia, atravessado por múltiplos conflitos militares e políticos, em cujo contexto terá lugar a ascensão política e militar de Martin Miguel de Güemes.

O triunfo das armas patriotas em Salta, em fevereiro de 1813, permitiu o avanço do Exército Auxiliar do Peru sobre o Alto Peru, mas os reveses sofridos em Vilcapugio (27-09-1813) e

em Ayohuma (14-11-1813) possibilitaram às tropas realistas, dirigidas por Joaquín de la Pezuela, se reinstalarem novamente na cidade de Salta em janeiro de 1814, necessitando de víveres e de gado, tanto para sustentarem-se como para moverem-se, e, segundo seus planos, atacarem um Exército patriota, que se sabia estar em Tucuman, desarticulado e débil. Com isso, Pezuela tratou de aprovisionar-se nas estâncias que se encontravam ao sul da cidade de Salta, no coração do vale do Lerma<sup>31</sup>. Carentes de apoio entre os proprietários rurais, recorreram ao saque, mas suas incursões para saquear gado e cavalos sofreram resistência.

Em fevereiro de 1813, quando Manuel Belgrano venceu os realistas com forças militares que comandava como General do Exército do Norte, a participação espontânea de população rural foi escassa. Quais foram, então, as razões que levaram os “civis” da campanha saltenha, somente um ano depois, a levantarem-se em armas e atacar as tropas realistas que haviam tomado a cidade? E, logo, que caminhos terá que seguir esta insurreição?

Em um informe sobre os serviços do Coronel Don Luis Burela de Salta na guerra de independência, apresentado em 1873 diante do

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Comandante Geral de Armas da Nação, Miguel Otero relata que o chefe realista, com a fim de abastecer-se, destinou várias tropas a diferentes pontos da campanha, cujos homens começaram a recolher *“caballos e mulas, sem distinção, nem conta, nem razão, sem pagá-los nem dar-lhes esperança de pagamento”*. No povoado de Chicoana, estando os vencidos reunidos na paróquia para ouvir a missa, foram convocados por Luis Burela, proprietário e vizinho da paróquia, a apressar os realistas. Disse Otero que Burela *“surpreendeu a guarda, desarmou o tenente Ezenarro e sua tropa, e os enviou prisioneiros a Tucumán. Em seguida, armou sessenta homens, com as mesmas armas que pegou dos soldados do rei, e saiu à campanha com essa força”*. Atacou depois outra tropa realista, da qual também tomou prisioneiros e enviou a Tucumán, e seu exemplo foi imitado por Pedro José de Zavala que, como ele, possuía uma estância em Sumalao, e formou uma tropa com seus peões e outros civis voluntários. *“Estas duas tropas, de Burela e Zavala, foram as primeiras falanges que saíram, no início de 1814, à frente do exército real. /.../Imitando Burela, se levantaram mais duas ou três tropas de civis na*

*campanha de Salta...”*<sup>32</sup>. Os fatos lembrados por Miguel Otero coincidem com as informações enviadas ao exército estacionado em Tucumán por Apolinario Saraiva, chefe da Vanguarda de Guachipas<sup>33</sup>.

Os pequenos e médios produtores do vale do Lerma iniciaram a resistência, mas não tão espontaneamente como este relato nos induz a supor. A estratégia de atacar e açoitar os realistas, dado que não se contava com forças regulares suficientes para levar à batalha, havia sido acordada pelo Exército Auxiliar do Norte, porém a resistência foi iniciada por um médio proprietário rural, Luis Burela, que não formava parte, até este momento, das milícias de Salta, mesmo quando a decidida participação de Pedro José de Zavala, quem em 1811 revistava a Companhia de Chicoana do Regimento de Voluntários de Cavalaria de Salta<sup>34</sup>, modera a interpretação da resistência como uma simples reação mediante ao saque realista. Na fronteira, alguns proprietários também mobilizaram os peões, organizando corpos voluntários que se agregaram às milícias dirigidas por Güemes, como chefe da Vanguarda.

É evidente, não obstante, que, com a ocupação realista em 1814, os

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

produtores rurais do vale do Lerma percebiam uma aguda crise de poder. Devemos somar a isso a experiência que acumulavam em relação aos alistamentos, aos benefícios do tribunal militar e ao conhecimento que, sem dúvida, tinham acerca das ações desenvolvidas no Alto Peru, onde as guerrilhas açoitavam os exércitos reais. Não é estranho que tenham sido os proprietários médios, modestos integrantes de famílias da elite, que lideraram a resistência a estes saques, realizados impunemente pelas tropas realistas. Eram eles os primeiros prejudicados pelo roubo do gado, mas também aqueles que maiores aspirações de reconhecimento social podiam albergar. Alguns já formavam parte das milícias rurais de Salta, outros se incorporaram a partir deste momento. A eles se juntaram os arrendeiros e pequenos proprietários, além de peões, em sua maioria, possuidores de sua própria montaria, organizados pelos chefes de milícias locais para defenderem-se dos atropelos de um exército que já, definitivamente, era percebido como inimigo<sup>35</sup>.

Alcançado o objetivo de evitar o saque do gado, e com os realistas refugiados na cidade de Salta, a continuidade da mobilização não teria

sido possível somente pela presença dos milicianos do vale do Lerma, e de seus capitães e sargentos. A insurreição, com bases rurais, se generalizou nas jurisdições das cidades de Salta e Jujuy. Frente à agressão, o “campesinato” definiu um posicionamento que imediatamente tornou-se político. A insurreição, como um movimento generalizado de um conjunto de indivíduos contra o poder dominante, coincide com qualquer rebelião de massa caracterizada pelo uso da violência e é, portanto, de curta duração, a menos que a preparação tática e os objetivos estratégicos formem parte de um discurso mais amplo<sup>36</sup>. No caso que estamos analisando, a guerra de independência desencadeou a insurreição, que ficou evidente em 1814, e esta se articulou nos discursos e objetivos políticos da revolução graças à gestão de Martín Miguel de Güemes, que, a partir dela, construiu seu poder político e militar.

Sua ascensão foi tão vertiginosa quanto trágico foi seu fim. A revolução em Salta teve Güemes como protagonista privilegiado, entre os anos de 1814 e 1821, mas sua trajetória no Exército Auxiliário do Peru foi no mínimo complicada. Cadete em sua adolescência, na Companhia do

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Regimento Fixo de Buenos Aires, destacado em Salta, ele participou da defesa de Buenos Aires durante as invasões inglesas, alcançando o posto de tenente. Como tenente do Exército Auxiliar do Peru, e dirigindo as milícias de Salta, foi destinado a Humahuaca em 1810<sup>37</sup>, e logo em seguida a Tarija, em 1811. A relação com seus superiores foi conflituosa e pouco depois da batalha de Suipacha, em fins de 1810, Castelli se desentende com Güemes e o envia a Salta. Meses depois, em 1811, Juan Martín de Pueyrredón teria de reintegrá-lo em seu cargo, enviando-o a Tarija. Após a derrota de Huaqui e a retirada do exército para Salta e Jujuy, Manuel Belgrano substitui Pueyrredón. Novamente, sem o apoio deste último, e confrontado com Belgrano, o destino de Güemes será a separação do Exército do Norte e a viagem a Buenos Aires, sob a desculpa de custodiar prisioneiros enviados a esta cidade<sup>38</sup>.

Em Buenos Aires, além de participar do cerco a Montevideo<sup>39</sup>, fortaleceu sua amizade com Pueyrredón<sup>40</sup> e estabeleceu boas relações com José de San Martín, que havia chegado então a Buenos Aires. Foram estes vínculos que lhe permitiram regressar, conforme seu desejo, a Salta e ao exército. Em janeiro

de 1814, San Martín, na condição de Chefe do Exército, o nomeia como tenente-coronel de Vanguarda do Rio Pasaje, na fronteira, enquanto manteve o Capitão Apolinario Saravia em Guachipas. Apolinario Saravia, junto com Luis Burela e Pedro José de Zavala, seriam os protagonistas mais destacados dos levantamentos de civis ou gaúchos no vale do Lerma, atacando os realistas em suas incursões. O destino de Güemes na fronteira não foi fortuito. Ali, ele ficou conhecido por sua atuação prévia em Tarija e Orán. Instalado em seu quartel em Las Conchas, receberá o apoio de uma milícia voluntária, alistada e dirigida por Francisco Gorriti, proprietário da instância de Los Horcones<sup>41</sup>.

Simultaneamente à designação de Güemes, San Martín pediu a Manuel Dorrego, chefe de Vanguarda do Exército Auxiliar, conselhos acerca da utilidade de conservar tropas regulares, ou milícias, em Salta, e da conveniência de alistar voluntários entre o campesinato civil. A resposta de Manuel Dorrego esboça a estratégia militar que permitirá a Güemes construir seu poder. Depois de rechaçar a utilidade de manter tropas regulares do exército em Salta, já que, para manter a pacífica estadia do inimigo, é

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

suficiente “*uma tropa de cinquenta homens...*” Dorrego opina que conservar tropas ali é perigoso “... *porque a tropa vai se aborrecendo, dando início à deserção*”. Aconselha, portanto, que esses cinquenta homens existentes nesta divisão, armados com carabinas e fuzis, “... *deveriam ser os partidários e soldados filhos destas imediações...*”, aos quais se somaria o campesinato, quando preciso. Dorrego considerava que “... *com cem lanças existentes entre os depósitos do exército, o campesinato poderia ser armado. Ele poderia trazer notícias diárias de Salta, acerca de como os civis entram e saem francamente, e impedir a coleta de cavalos e de gado*”<sup>42</sup>.

Com a concepção desta estratégia, que daria bons resultados, e que, em última instância, foi concebida pelo exército regular, como nas guerrilhas altoperuanas, irá se gestando o poder de Güemes, que compreende as escassas possibilidades de realizar uma ascendente carreira militar no Exército Auxiliar do Peru, dados os contrastes que havia experimentado, e as limitações políticas derivadas de sua posição marginal na elite saltenha, já que, embora tendo parentesco com famílias da elite e integrando a “*melhor parte da vizinhança*”, nem ele nem sua

família mais próxima possuíam a riqueza, o prestígio e a preeminência social das principais famílias de Salta<sup>43</sup>.

A partir destes primeiros meses de 1814, quando Salta e Jujuy estavam ocupadas pelas forças realistas, a resistência fica em mãos das milícias de Salta e do “campesinato”, que depois receberá o nome de “gaúchos”. Em Salta, como no Alto Peru, o êxito das armas do rei e o apoio que teriam por parte de grupos dirigentes locais<sup>44</sup> foram tirando poder do exército de Buenos Aires, e tornou possível a resistência de líderes locais que dirigiram a luta com um importante apoio de forças irregulares, compostas por camponeses e indígenas, e intermediada por setores médios rurais e urbanos. Essas forças entraram no conflito independentemente da organização de milícias locais incorporadas ao exército regular, que respondia às diretivas do governo central de Buenos Aires.

A partir deste momento, toda ação militar repousará sobre estes dois pilares: as milícias e o campesinato voluntários que, depois de participar das ações, regressam para suas tarefas cotidianas<sup>45</sup>. Os milicianos contavam com disciplina militar e com armas de fogo, enquanto o campesinato, por sua

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

vez, se armou com lanças e *tacuaras*, *macanas* e *garrotes*. A guerra de independência de Salta, como no Alto Peru, e depois no Peru, será travada por um exército composto por soldados e por tropas irregulares. Subordinados ao poder militar, chefes locais, tornados oficiais, organizaram grupos armados<sup>46</sup>.

Güemes não se conformará, então, em manter na fronteira tropas prontas a atacar os espanhóis<sup>47</sup>. Em fins de março de 1814, desloca para Salta as milícias organizadas por Francisco Gorriti e surpreende, nas proximidades da cidade, os realistas. Em reconhecimento a esta ação, ele recebe a nomeação de tenente-coronel. Durante vários meses, conduzidas por seus capitães e tenentes, as milícias rurais e o campesinato incorporado a elas açoitam os realistas que se aventuravam no vale do Lerma, os impedindo de deslocarem-se para a fronteira e para Óran e Tarija. Durante estes meses, será Güemes, enquanto coronel graduado do Exército do Norte, quem irá informar ao exército em Tucumán acerca das ações militares que estavam sendo realizadas pelas milícias e pelo campesinato. Güemes passa a contar com o respaldo de San Martín, que considerava que a guerra de recursos aconselhada por Dorrego seria a única possível na jurisdição de Salta.

Assim, as guerrilhas saltenhas, junto com as do Alto Peru, acabaram por conter o exército realista, enquanto o Exército Auxiliar do Norte permanecia acampado em Tucumán<sup>48</sup>.

Apesar do cerco que as milícias e os civis sofreram em Salta ter sido muito estreito, a ponto de a cidade ficar sem víveres<sup>49</sup>, o exército realista se retirou, primeiro de Jujuy e depois de Salta, pressionado pela necessidade de fortalecer sua posição no Alto Peru, onde havia sofrido derrotas frente às tropas de Ignacio Warnes e de José Álvares de Arenales, em Santa Cruz e Vallegrande. Contribuiu também para a decisão de Joaquín de La Pezuela a capitulação da praça de Montevideo, forçando o abandono da ideia de um avanço conjunto de forças realistas para Buenos Aires. Güemes, ignorando outras razões, não duvidará em atribuir esta evacuação exclusivamente à ação das milícias sob sua liderança.

## O PODER DAS MILÍCIAS E DE MARTÍN MIGUEL DE GÜEMES

Geralmente, e seguindo as estratégias discursivas de Güemes, que em todas as partes e discursos durante 1814 se referiu aos civis insurrectos como *meus gaúchos*, se atribui, já tão

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

cedo, uma liderança e uma ascensão a Güemes, que começará a ser construída neste mesmo ano, e se consolidará nos anos seguintes, quando exerce o poder como Governador da Província de Salta<sup>50</sup>. A partir de 1814, a revolução começa a ser para os civis de Salta “... *essa sensação brutal, vaga e exaltante no lugar de estar vivendo um momento excepcional, no qual, para retomar as palavras de Michelet ‘ tudo se torna possível’*”<sup>51</sup>. Mas, o que começa a tornar-se possível para eles? É muito difícil determinar isso, pois é razoável supor que o reconhecimento dos tribunais militares, que os protegia da justiça local, a ascensão militar, que tornou possível o reconhecimento social, e as possibilidades de acesso a terras, ou de não pagar por elas, devem ter atuado como fatores importantes. A sensação de arbitrariedade e de injustiça, resultantes do saque realista, foi associada ao domínio exercido pelos “godos” (espanhóis) e à ordem social da colônia, enquanto adquiriram consciência do poder que possuíam em sua luta contra eles.

Nestas circunstâncias, e depois da retirada das tropas realistas de Salta, Güemes compreende que sua posição dependia de sua capacidade de lograr a adesão do campesinato mobilizado.

Para ele, era imperiosa a necessidade de rechaçar qualquer intenção de disciplinamento dos gaúchos que não proviesse dele mesmo, ou dos chefes das milícias partidárias de Salta, Jujuy e Tarija, dos quais, por sua vez, Güemes deveria buscar o reconhecimento como único chefe. Assim, em setembro de 1814, em Jujuy Güemes reclama a Martín Rodriguez de um incidente produzido “... *entre o regimento de VS. e os bravos defensores da pátria...*”, e lhe ordena que “... *devolva os presos que fez de meus gaúchos ao Comandante Don Pedro José de Zavala...*”, e o ameaça dizendo que “... *caso contrário, estou certo que a coisa tomará maiores proporções e eu não serei capaz de ignorar a justa defesa destes heróis...*”, para finalmente adverti-lo que:

“... se este fato é transcendental a duzentos gaúchos ou mais, que tenho nestas tropas avançadas /.../ ocorrerá grande transtorno e VS. não será capaz de sanar o reparar as consequências. Em resumo, **abstenha-se VS. de ter diferenças e de incomodar os gaúchos**, atendendo a seus distintos serviços, e meditando sobre as consequências que sobrevenham caso deixe os gaúchos inquietos e incomodados”.

Quanto à resposta de Martín Rodriguez, não interessa muito para fins deste trabalho, e sim, nos interessa

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

ressaltar a insurgência já presente na carta, e os esforços de Güemes por capitalizá-la, protegendo os gaúchos<sup>52</sup>.

As notícias acerca deste conflito preocuparam as autoridades de Buenos Aires, e o Diretor Supremo solicita ao Chefe do Exército, José Rondeau, que se encontrava em Tucumán, a intensificar seus cuidados, sufocando qualquer discórdia “... *para não ser envolvido nas desgraças que, pelos mesmos princípios, se encontram hoje na Banda Oriental*” e lhe sugere “... *debilitar a força dos gaúchos que estavam até agora com as tropas em Salta e Jujuy removendo honestamente os caudilhos que os conduziram*”<sup>53</sup>. Disposto a cumprir com estas recomendações, e também receoso com o crescente poder de Güemes e dos chefes das milícias locais, José Rondeau decide deslocar para Salta “... *os esquadrões de granadeiros e dragões do Peru, /.../ para assegurar a ordem e a tranquilidade em Salta, que estava um tanto perturbada por falta de **tropas regradas que impusessem respeito ao campesinato***”<sup>54</sup>, e dispõe, em fevereiro de 1815, a troca de Güemes, como chefe de Vanguarda, nomeando para seu lugar o portenho Martín Rodriguez. Dois meses depois, designa o Coronel Antonio Fernández Cornejo,

proprietário de terra e comandante de fronteira, Governador Intendente de Salta, solicitando-lhe que organizasse as milícias de Salta sob seu comando. A reação de Güemes foi imediata. Em primeiro lugar, ele se negou a abandonar seu cargo de Coronel de Vanguarda do Exército Auxiliar e, apoiado pelas milícias de Salta, se proclamou Coronel Comandante do Corpo Militar dos Civis da Campanha da Província de Salta. Em seguida, dirigiu uma declaração à sociedade de Salta, em que veladamente acusava o Exército de Rondeau de trair sua causa, e reitera sua liderança militar ao instar o povo a confiar “*nos campeões, que tenho a honra de mandar, e tenham o consolo de que estes braços fortes e incorruptíveis os darão a liberdade a que anseiam e a segurança que desejam*”<sup>55</sup>. Habilmente, Güemes saberá aproveitar a oportunidade que se apresentará em 14 de abril deste mesmo ano, quando, como Coronel dos Civis da Campanha de Salta, participa com êxito no combate de Posto Grande, ou *Posto del Marqués*. Novamente, ele toma a iniciativa e age por decisão pessoal, como havia feito em julho de 1814, quando deslocou as milícias de Gorriti da fronteira para a cidade de Salta.

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

A participação das milícias de Salta, com a condução de Güemes no triunfo patriota do Posto Del Marqués, aumentou o seu prestígio militar e impediu que o recentemente designado governador Antonio Fernández Cornejo cumprisse as ordens de Rondeau de organizar as milícias de Salta. Depois dessa vitória, Güemes se deslocou rapidamente para Jujuy, tomando, do depósito de armas, 600 fuzis, com os quais regressou para Salta. Em 6 de maio de 1815, o Conselho o nomeia Governador Intendente. Os motivos desta designação não ficaram muito claros, pois Güemes regressou armado para Salta e sua designação não foi unânime, havendo alguns votos dissidentes. Os membros da elite, que o apoiaram na revolução, provavelmente viram nele o chefe militar capaz de controlar um campesinato cada vez mais desperto, e de defender o território diante de uma possível invasão do exército realista; outros, prudentemente, não se atreveram a manifestar sua oposição.

O Conselho de Jujuy não reconheceu a nomeação de Güemes e reclamou, em nome da soberania dos povos, idênticos direitos aos de Salta, para eleger o Governador da Intendência. Güemes, para negar-lhe

esses direitos, se vale do argumento da iminência do perigo realista, recorrendo também à ameaça em um ofício que dirigiu, em agosto de 1815, ao Conselho desta cidade: “*se eu pretendesse subjugar-los pela força, há muito tempo eu já o teria feito, sem levar um homem desta cidade, apenas com os gaúchos*”<sup>56</sup>. Ele confirma, assim, a influência que exercia sobre os chefes das milícias e sobre a população rural mobilizada da jurisdição de Jujuy.

É precisamente por estas circunstâncias que, a partir de Buenos Aires, o Diretor Supremo, aconselhado por Rondeau, autoriza o governador tenente de Jujuy a organizar uma milícia<sup>57</sup>, ao passo que nega a Güemes, já Governador Intendente de Salta, a criação de uma Divisão Infernal de Gaúchos de Linha, que incorporasse, de maneira efetiva, a milícia “*àqueles heróis que, sob a denominação de gaúchos prestaram tão recomendáveis, voluntários e desinteressados serviços*”<sup>58</sup>. Sintoma evidente do poder alcançado por Güemes será a organização da Divisão dos Infernais, sem a autorização de Buenos Aires e apesar da oposição de Rondeau. Também criará o corpo de cavalaria de Jujuy, autorizado pelo Diretor Supremo, argumentando que

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

“... esta comissão, apesar do governador tenente, a executarei pessoalmente por vários motivos. O primeiro porque o arranjo de milícias é função alheia à profissão do tenente (governador), doutor Gordaliza. O segundo por falta de conhecimentos, no que tange à eleição e proposta de oficiais. O terceiro porque se deve desconfiar de dito doutor, que tem se oposto à nossa causa /.../ e claro está que todos os subalternos e auxiliares de que necessito para alcançar um objeto de tamanha importância devem ser conhecidos e de minha confiança”<sup>59</sup>.

A última tentativa do Diretor Supremo para debilitar o poder de Güemes – Governador Intendente de Salta, Comandante das milícias de Salta e Chefe da Vanguarda do Exército do Norte –, consistirá em solicitar-lhe a devolução dos 600 fuzis que tomara de Jujuy após o combate do Posto del Marqués no mês de abril. A decisão de Güemes de não entregar os fuzis inquietou ainda mais ao Diretor Supremo, as autoridades de Buenos Aires e alguns vizinhos de Salta e Jujuy que observavam com crescente preocupação a mobilização do campesinato e o poder que adquiria Güemes. Ainda que o Conselho de Jujuy e o Chefe do Exército Auxiliar sustentassem que os fuzis pertenciam ao exército e, por consequência, a todas as províncias e não só a Salta, Güemes argumentava que haviam sido tomados

do inimigo pelos gaúchos e que “...*não era justo, nem necessário, nem conveniente despojar estar províncias de suas armas*” e se perguntava “*que aconteceria se quisessem obrigar estes provincianos a esperar e confiar mais nos braços alheios do Exército do Peru que em suas próprias forças para salvar-se e redimir-se das crueldades dos tiranos?*”, para concluir sua oposição afirmando que atuava com a “*notoriedade de haver levantado toda a campanha, enfraquecido os inimigos e restituído as famílias emigradas aos seus lares e aberto o Peru*”<sup>60</sup>. Güemes, em Salta, igual aos caudilhos da insurgência de Cochabamba, colocava o êxito da revolução na própria insurgência popular liderada por eles e não no exército organizado e sustentado pelas Províncias Unidas<sup>61</sup>.

Além de negar-se a entregar os fuzis ao exército, enviou uma tropa de gaúchos a Tupiza, adiantando-se ao exército dirigido por Domingos French que marchava para o Alto Peru. Com preocupação, este informava ao Diretor Supremo que tendo chegado a Jujuy, não encontrou nem provisões nem cavalos, porque as haviam levado a Divisão de Gaúchos “*que saíram de Salta*” por disposição de Güemes, queixando-se do “*prejuízo tão*

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

*extraordinário que vai me custar uma força nominal de trezentos e trinta homens montados*<sup>62</sup>.

Em um último e desesperado esforço para remover Güemes do mando das milícias de Salta, José Rondeau invade, nos primeiros meses de 1816, a província, com a finalidade de destituir Güemes. Os “gaúchos” empregaram as mesmas táticas que as utilizadas pelas tropas realistas e, sobre o Rio Pasaje, o exército de Rondeau foi derrotado, e este, obrigado a acordar-se com Güemes e a retirar-se de Salta<sup>63</sup>. O saldo dessas ações foi, sem dúvida, uma cota maior de poder para Güemes e a tomada de fuzis e equipamentos de guerra por parte dos insurgentes. Pouco depois, a designação de José Martín de Pueyrredón, antigo companheiro de Güemes, como Diretor Supremo, contribuirá para a sua afirmação. Pueyrredón apoiará a gestão de Güemes, providenciando o envio de dinheiro para o pagamento de gado e de vestuário para a tropa e, a pedido de Güemes, eximirá a província de Salta de contribuir com recrutas para o exército, segundo disposição tomada pelo Soberano Congresso em agosto de 1816<sup>64</sup>.

O poder de Güemes está consolidado e sua ascensão sobre o

campesinato e os gaúchos é manifesta. A adesão que despertava entre os gaúchos se baseava, em parte, na tolerância e aceitação dos atos de insubordinação cometidos por peões, arrendeiros e escravos com seus patrões ou com outros proprietários, desde que tivessem participado na qualidade de gaúchos na guerra de recursos contra Pezuela em 1814. Güemes encorajou também suas aspirações de ascensão e reconhecimento social. Um caso paradigmático é de Panama, um pardo, soldado das milícias de Pedro José de Zavalla, que havia protagonizado o ato de indisciplina com Martín Rodríguez, ao qual já nos referimos, a quem Güemes designa capitão do Primeiro Esquadrão de Milícias Voluntárias da Divisão dos Infernais<sup>65</sup>. A promoção social dos gaúchos não se limitou à ascensão militar, mas também se manifestou nas novas formas de participação política que se inauguram em 1815. Em outubro desse ano, ao convocar o Conselho, as eleições de Deputado ao Congresso Geral, os conselheiros presentes determinaram “... *que procedessem a votação somente os oficiais mediante terem exposto e representado a campanha de gaúchos concordando em tudo com aqueles em quem votassem seus oficiais...*” e, em

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

dezembro desse mesmo ano, o Conselho designou, como prefeito rural por Chicoana, Santiago Morales, quem, em 1811, revistava na qualidade de soldado nas milícias dirigidas por Pedro José de Zavala<sup>66</sup>. Sem dúvida, o poder que começam a demonstrar os oficiais das milícias gaúchas não é aprovado pelos vizinhos mais proeminentes, muitos dos quais não estiveram presentes nessa eleição. Entre eles, a ausência mais notável é a de Pedro Arias Velázquez, que havia proposto Güemes como governador uns meses antes. As desavenças com os membros das elites terminaram com o confinamento em cárcere, em fins de 1815, de vários deles, entre os quais se encontrava Arias Velázquez, que logo renuncia ao seu cargo de Procurador da Cidade, e a presença de apoiadores a Güemes no Conselho, entre eles seu irmão Manuel Güemes, José Mariano San Millán y Figueroa e Juan Manuel Quirós<sup>67</sup>.

Güemes reclamou, desde o princípio, o direito de sancionar os gaúchos e campesinato voluntários, e à medida que seu poder aumenta, e, quando já é governador, haverá de premiar ou castigar sem economizar sua participação em pessoa em tais atos sempre que fosse possível. E não são poucas as ocasiões nas quais intervém a

favor dos gaúchos, quando lhe seja possível debilitar o exercício de autoridade de outros chefes ou funcionários, com os quais compete por espaços de poder. Güemes utiliza, para se referir a eles, de expressões claramente paternalistas, se autodefine como pai e protetor dos gaúchos e assume, frente à elite, a sua defesa, em particular do direito de gozar do tribunal militar mesmo quando não estivessem em serviço, o que, sem dúvida, lhe outorga a total jurisdição sobre esses homens. A historiografia local tem conferido a Güemes o título de “pai dos pobres”, e atribuiu à sua gestão a concessão de um “Tribunal Gaúcho”, que eximia os rendeiros do pagamento dos arrendamentos aos seus patrões. Esse suposto Tribunal Gaúcho merece ser objeto de maiores estudos. Em um trabalho anterior, sustentamos que o eixo do problema foi o tribunal militar e as concessões que Güemes precisou realizar para manter a fidelidade dos gaúchos na causa revolucionária<sup>68</sup>.

No vale de Lerma, a mobilização em defesa dos seus bens concedeu aos civis (rendeiros e pequenos proprietários em particular) consciência da poder possível de ser alcançado em um contexto revolucionário, e as medidas que Güemes tomara ante a falta

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

de pagamentos dos rendeiros ou da prestação de serviços pessoais por parte dos gaúchos consistirá em tratar de que todos os proprietários não reclamem o pagamento do arrendamento, argumentando acerca da necessidade de reconhecer as penúrias que os gaúchos padecem por causa da pátria, e, para conceder esse reconhecimento, ele não podia fazer-se responsável pelos distúrbios que tiveram lugar, ao ver tamanha ingratidão em relação aos gaúchos. A mensagem é clara: *“não exigiam porque não estão dadas as condições, precisamos deles e eu não sou responsável pelo que pode acontecer se vocês os incomodarem”*. Nos testemunhos de alguns dos tenentes e capitães das milícias gaúchas, após a morte de Güemes, se encontram referências a este acordo pactuado em meados de 1816 com os proprietários do vale de Lerma, na estância do Provisor Figueroa, onde, reunidos para tratar destes delicados temas, convencionaram não exasperar nos arrendamentos exigindo o pagamento de direitos pelo uso da terra<sup>69</sup>. Na fronteira de Jujuy, ele protegeu uns peões em Ledesma, dos quais seu patrão, no adicto a Güemes, exigiu-lhes o cumprimento de suas obrigações, dispondo que não lhes cobre nada nem lhes incomode, com o que os

rebeldes perceberam os benefícios de sua proteção<sup>70</sup>.

Os interesses dos proprietários se mostraram vulneráveis não só pelas dificuldades para obter pagamento do arrendamento como também porque seus campos foram progressivamente ocupados pelos gaúchos, a quem eles não reconheciam como seus rendeiros, agregados ou peões<sup>71</sup>. A elite de Salta e Jujuy, sejam seus membros proprietários rurais ou não, se encontravam igualmente afetados por atentados à propriedade<sup>72</sup> e se mostravam preocupados pela impossibilidade de disciplinar esta “plebe”, que se ampara nos grandes serviços prestados em expulsar os realistas.

Perto de Güemes assumir o Governo Intendente de Salta, tanto o Conselho de Salta como o de Jujuy haviam tratado de limitar o alcance do tribunal militar que extraía das milícias voluntárias das justiças ordinárias, outorgando a Güemes indiscutível poder sobre eles. A discussão sobre os alcances do tribunal militar foram concluídas em 1815, quando Güemes, opondo-se às disposições tomadas pelo Conselho de Salta que limitavam sua aplicação quando os gaúchos prestavam serviços militares, ordena que todos

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

haverão de gozá-lo permanentemente<sup>73</sup>.

No contexto das disputas por reconhecer Güemes como governador da província, o Conselho de Jujuy resistiu em 1815 o direito permanente ao tribunal militar aos gaúchos de sua jurisdição e nas negociações que pessoalmente levou diante de Güemes, fazendo-se presente na Sala Capitular, “...reclamou com energia que não podia passar nem aceitar o artigo em que se declarava que os gaúchos ficavam sujeitos às justiças ordinárias e queria saber se este povo se opunha a uma corte diferente que premiaria os muitos e importantes serviços (...) que ele havia empenhado sua palavra em proteger”. Finalmente, ao firmar o acordo pelo qual esse Conselho o reconhecia como governador, Güemes haverá de realizar algumas concessões, entre elas “... que as companhias levantadas ultimamente nesta jurisdição com o glorioso título de gaúchos ficam sujeitas às justiças ordinárias do lugar e só gozarão do tribunal militar quando estejam em atual serviço da Nação.” ainda quando se concede ao governador “... o poder de levantar uma divisão de duzentos e cinquenta homens para completar um regimento de milícias provinciais para desfrutar de privilégios de foro, e as milícias cívicas

*que se formaram com o resto das pessoas estariam sujeitas às justiças ordinárias*”<sup>74</sup>. Consegue, em seguida, organizar as milícias de Jujuy, vencendo a oposição de Conselho dessa cidade, mas também limita seu poder sobre os gaúchos dessa jurisdição, que não gozariam do tribunal quando não estivessem em serviço.

Os gaúchos e os oficiais das milícias amparados pelo tribunal militar ficavam impunes, ou pelo menos desta maneira o percebeu a elite, quando eram acusados de roubo de gado, brigas, adultério, estupro e toda uma gama de delitos, posto que os submetia a uma jurisdição de seus superiores militares que tinha predisposição a ampará-los<sup>75</sup>. Da mesma forma, Güemes concedia favores, tais como outorgar a liberdade de um escravo que havia integrado, na qualidade de gaúcho, às milícias ou ordenava pagamentos e reconhecimentos a quem por tal condição o solicitava<sup>76</sup>.

## EPÍLOGO

A análise deste período é sumamente complexa. Muito mais o é refletir acerca da maneira pela qual o poder em Salta se configurou nestes anos turbulentos baseando-se na

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

insurgência social que eclode durante a guerra e começa a ser difícil de controlar e conduzir por parte das elites de Salta e de Jujuy, que temem a “plebe” mobilizada e que Güemes consegue articular no projeto emancipador americano.

A derrota das armas do exército patriota no Alto Peru demonstra a impossibilidade de Buenos Aires de garantir o êxito da revolução em todos os territórios que compreendiam o vice-reinado do Rio da Prata e que a sorte da revolução ficava sustentada, tanto no Alto Peru como em Tarija, Salta e Jujuy, à capacidade de acionar a população e lideranças locais, enquanto o Exército do Norte permanecia em Tucumán. Ocorrida a invasão realista em Salta em 1814, a reação de alguns vizinhos de algumas paragens rurais próximas a cidade, liderados por médios proprietários rurais transformados em chefes milicianos, constituirá ponto inicial de um movimento social que irá crescendo e consolidando-se nos anos seguintes com a liderança política e militar de Martín Miguel de Güemes, vizinho da cidade de Salta e Chefe da Vanguarda do Exército do Norte por decisão de José de San Martín.

Na jurisdição de Salta, a insurreição não terá idênticos

significados nem motivações, e embora tenhamos dado maior enfoque em torno do Vale de Lerma, que mostrava importantes indícios de conflitos por terra antes de 1810, com áreas de pequenos proprietários e um número crescente de reideiros e agregados em quase todo o vale, é importante prestar atenção a outras regiões, como a fronteira chaqueña, Jujuy e os vales calchaquíes. No estado atual da nossa investigação, só é possível advertir que a composição social dos gaúchos mobilizados é majoritariamente mestiça e afromestiça e, em menor medida, indígena. No vale de Calchaquí, a maioria da população indígena, que se encontrava em fazendas cujos proprietários não aderiram à revolução, não se mobilizou. As milícias desse vale se nutriram dos pequenos e médios proprietários que se encontravam nas áreas produtoras de cereais.

É, a nosso juízo, de grande interesse analisar de que maneira Güemes capitaliza a insurreição com outros objetivos, entre eles impedir a ocupação da província de Salta e reforçar as “guerrilhas” alto-peruanas. Também é interessante observar que, embora suas primeiras bases de apoio fossem as milícias voluntárias organizadas por Juan Francisco Gorriti,

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

não passará muito tempo para que sua ascensão fosse notória entre os corpos milicianos do Vale de Lerma, cujos chefes se disciplinaram rapidamente sob seu mando. Neste processo, seu decidido empenho em outorgar-lhes o tribunal militar em forma permanente e em conter os proprietários rurais para que não “exigissem” o pagamento dos arrendamentos deve ter operado em seu favor, deixando de lado as formas paternalistas que rodearam sua relação com os gaúchos já que esta se assenta nas práticas sociais correntes na colônia. Os gaúchos, entusiasmados ante a possibilidade de alcançar reivindicações sociais, se juntaram esperançosos às tropas de Güemes, chefe no qual depositaram sua confiança e quem constituiu a referência de um “nós” legitimador. Em sua atuação, sistematicamente haverá de neutralizar seus opositores internos e externos. Assim, se impôs sobre José Antonio Fernández Cornejo, o Comandante de milícias mais notório e de maior poder em Salta até 1814 e sobre Mariano Gordaliza, o governador tenente de Jujuy. Para ser designado Governador de Salta, se apoiou em alguns vizinhos conspícuos da cidade, entre eles Pedro Antonio Arias Velázquez, para logo alojá-los em seu entorno, e desafiou

Rondeau, o Chefe do Exército auxiliar do Peru.

Güemes se converteu em porta-voz e representante ante ao Exército e em diretor supremo dos sargentos, capitães e tenentes das milícias saltenhas que, de acordo com a estratégia assumida por José de San Martín e recomendada por Manuel Dorrego, atuaram na decisão de guerra de recursos contra as tropas realistas, entusiasmando os gaúchos que, primeiro no vale de Lerma e depois em toda jurisdição de Salta e Jujuy, se mobilizaram, despertando os receios e temores dos vizinhos proprietários, porquanto deixavam de ser sujeitos passivos e controlados para converter-se em uma “plebe” politicamente perigosa e difícil de controlar, com a qual Güemes negocia quando é preciso concessões que, de alguma maneira, constituem para ele um ideário social e defende com absoluta consequência as atribuições que o tribunal militar outorga a ele e aos chefes militares sobre os homens mobilizados, inclusive quando se encontravam dedicados aos seus serviços rurais, posto que a guerra teve lugar quando, por causa dos reveses militares no Alto Peru, as tropas realistas invadiram Salta e Jujuy, o qual haverá de reiterar-se em várias

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

oportunidades entre fins de 1816 e 1821.

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado na Revista *ANDES: Antropología e Historia*, número 13, CEPIHA – Facultad de Humanidades – Universidad Nacional de Salta, ano 2002.

<sup>2</sup> Pesquisadora CONICET- CEPIHA, Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Salta.

<sup>3</sup> Gorriti, Juan Ignacio. *Autobiografía Política, Los años de la emancipación política*. (frag.) Prólogo de Adolfo Prieto. **Coleção Conocimiento de la Argentina**. Tomo I. Editorial Biblioteca Constancio C. Vigil. Rosário, 1974.

<sup>4</sup> Halperín Donghi, Tulio. *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Siglo XXI editores. Buenos Aires, 1972.

<sup>5</sup> Em 1860, Juana Manuela Gorriti, sobrinha do autor da autobiografia, mas partidária do caudilho, em suas “Recordações da infância”, inicia a elaboração de uma imagem altamente valorativa de Güemes, a qual, através da literatura, alcançará a identificação com a “jovem pátria”. Salta é Güemes. Cfr. Palermo, Zulma. “Disciplinas sociales y estudios culturales: una propuesta interdisciplinaria”. In *ANDES: Antropología e Historia*. Núm. 10. CEPIHA. Facultad de Humanidades. UNSa. 1999, p. 177-188.

<sup>6</sup> Mata de López, Sara. “Tierra en Armas. Salta en la revolución”. In: *Persistencias y Cambios. El noroeste argentino 1770-1840*. In: Mata de López, Sara (org.), Prohistoria, Rosario, 1999.

<sup>7</sup> Halperín Donghi, Tulio, *Revolución y Guerra*, op. cit.; Frías, Bernardo. *Historia del General Martín Miguel de Güemes y de la Provincia de Salta, o sea de la Independencia Argentina*. Edições DEPALMA. 6 tomos. Buenos Aires, 1972; Cornejo, Atilio, *Historia de Güemes*, [1945] Salta, 3ª ed. S/D.

<sup>8</sup> Aos clássicos trabalhos de John Lynch, é necessário acrescentar: Goldman, Noemí. Salvatore, Ricardo. *Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Eudeba, Buenos Aires, 1998.

<sup>9</sup> Carrió de la Vandera ensaia uma ardente defesa da conquista e colonização espanhola e propõe como necessário, para o Peru e o Alto Peru, a erradicação das línguas indígenas que permitem as comunidades andinas conservar a memória Inca (el recuerdo del Inca) e seu império como um passado de esplendor, culpando aos espanhóis das misérias que padecem. Cfr. Carrió de la Vandera

[Concolorcorvo] *El lazarrillo de ciegos caminantes*. Biblioteca de Autores Españoles. **Relaciones Histórico-Literarias de la América Meridional**, Tomo CXXII. Edições Atlas, Madrid, 1959.

<sup>10</sup> *Archivo y Biblioteca Históricos de Salta* (adiante ABHS), Box 19. Governo. Expte. 4. Ano 1791.

<sup>11</sup> *Archivo General de la Nación* (adiante AGN), Sala 9- Intendência de Salta. 5.7.5. Carta do vice-rei Sobremonte ao Governador Intendente de Salta D. Rafael de la Luz- Reservada. Este anônimo constitui, pelas propostas que realiza, um documento interessantíssimo para analisar as formas que adotaram algumas ideias políticas e seu nível de divulgação em âmbitos mais populares ou menos letrados. É, além disso, um indício da importância dos rumores e da circulação de informação distorcida, de maneira intencional ou não, que manifestavam aspirações anticoloniais com respeito à Espanha.

<sup>12</sup> Embora os temores de conflito social, especialmente nos Andes e vinculados com a restauração inca, não devam se confundir com conspirações anticoloniais, não concordo com Francois- Xavier Guerra referente a suposta e absoluta fidelidade dos vasallos americanos à Monarquia Espanhola nos anos anteriores à revolução. Não é uma interpretação canônica visualizar os efeitos que o movimento de independência das colônias britânicas na América do Norte e a influência que os comerciantes e funcionários ingleses exerceram entre alguns membros das elites hispano-americanas. Cfr. Guerra, Francois-Xavier. “Lógicas y ritmos de las revoluciones hispánicas”. In: *Revoluciones Hispánicas. Independencias americanas y liberalismo español*, dirigido por Francois-Xavier Guerra. Editorial Complutense. Madrid. 1993, p. 16.

<sup>13</sup> Thibaud, Clément “La Academia Carolina de Charcas: una ‘escuela de dirigentes’ para la independencia”. In: Barragán, Rossana (org.). *El Siglo XIX: Bolivia y América Latina*. La Paz. Mula del Diablo. IFEA. 1997, p. 44.

<sup>14</sup> Nicolás Severo de Isasmendi, embora tenha aceitado a pressão do Conselho em reconhecer a Primeira Junta do Governo de Buenos Aires, tentou logo resistir logo com o apoio de outros vizinhos e conselheiros, e aderiu abertamente à causa realista.

<sup>15</sup> Em setembro de 1819, Feliciano Chiclana, informa de Salta à Junta Provisória em Buenos Aires, que “... *uma considerável parte de Vecindario é de opinião contrária à nossa...*”, citado por Cornejo (op. cit., p. 57).

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

<sup>16</sup> Mata de López, Sara, “Crédito mercantil. Salta a fines del siglo XVIII”, In: *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo LIII, Núm. 2. Sevilla, 1996.

<sup>17</sup> Formava também parte da companhia um gado de Santa Fé, Candiotti, que provia a maior parte das mulas que invernavam no Peru. Cornejo, Florencia “El litoral, Salta y el Perú unidos por una compañía de mulas (Olavegoya-Candiotti), 1798-1810”. In: *Boletín del Instituto San Felipe y Santiago*, núm. 31, Tomo IX, Salta, 1979, p. 101-103.

<sup>18</sup> Rincon foi Vice-Governador Real do ramo de comércio de mulas, eleito pelo Conselho de Salta, no início de 1810. Tratava-se de uma posição chave, já que o valor pago por meio de mulas especiais era o mais importante. AGN. Sala 10. 43-8-2.

<sup>19</sup> Em 1811, Rincón e José de Nevaes, comerciante peninsular que operava em Salta desde fins da colônia, invernavam um tropa de 1230 mulas na estância San José, localizada na fronteira em terras de redução\*\* da Balbuena pertencentes a José Gabriel de Jáuregui, para evitar que fossem confiscadas pelo Exército Auxiliar do Peru. AGN. Sala 10. Gobierno de Salta. 5.7.3.

<sup>20</sup> Em 1821, a esposa de José Rincón acusa a Martín Saravia, em cuja estância da Ilha, no vale de Lerma, se encontrava uma tropa de mulas em internada pertencentes a seu marido, de tê-las vendido ao Exército em 1812, antes da invasão realista a Salta, fazendo conhecer, por parte do estado, uma dívida de 13.000 pesos a seu favor. ABHS. Tribunal de Primeira Instância. Expte. 13. Ano 1821.

<sup>21</sup> Em maio de 1812, quando a Junta de Buenos Aires dispõe a contribuição do comércio, Pedro José de Saravia, a cargo do Governo de Salta, consulta se só deveriam contribuir os comerciantes peninsulares ou todos. Contestam-lhe que, segunda a última resolução, é a todos, mas aconselham que “... se excetue aos últimos [americanos] em todo o possível, consultando sempre as urgências de erário à melhor harmonia, encarregando-se também V.S. secrete esta graça para evitar a crítica que poderia talvez produzir sua publicação aos nossos inimigos.” AGN. Sala 10. Governo de Salta 5-7-3.

<sup>22</sup> Cfr. Mata de López, Sara. *Tierra y poder en Salta. El Noroeste argentino en vísperas de la independencia*. Congresso de Sevilla, Espanha, 2001.

<sup>23</sup> Seu proprietário era Nicolás Severo de Isasmendi, o Governador Intendente Interino em 1810, designado por Santiago de Liniers.

<sup>24</sup> AGN. Lista de recrutas das milícias rurais. Ano 1811. Sala 10. 22.3.5.

<sup>25</sup> Martín Saravia, proprietário de uma estância próxima da cidade de Salta, recebe de diferentes indivíduos uma, duas ou três mulas mansas, e também recebe gado de seus reideiros e de, Gaspar Arias Velásquez, 41 mulas mansas correspondentes aos índios reideiros de sua estância de Amblaillo. Também vende a pequenos proprietários, em quantidades modestas, que oscilam entre 5 e 20 cabeças de mulas. A todos eles, se lhes abona ou lhes entregam. AGN. Sala 10. Fazenda. 22.3.5. Año 1811.

<sup>26</sup> Paz, José María. *Memorias Póstumas I*. Emecé Editores, Buenos Aires. 2000, p. 52.

<sup>27</sup> O escasso entusiasmo popular pela revolução é apreciado pelos realistas (?). Cfr. Javier de Mendizábal, Francisco. *Guerra de la América del Sur 1809-1824*, Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1997, p. 45-50

<sup>28</sup> Paz, José María, op. cit. p. 79.

<sup>29</sup> O recrutamento forçado significou, muitas vezes, deserções, mas também protestos. AGN. Sala X. Fazenda. 22.3.5. Ano 1811. Em Belém, jurisdição de Catamarca, o recrutamento foi denunciado por sua violência e por ter interrompido as tarefas agrárias dos camponeses. ABHS. Tribunal de Primeira Instância. Expte. 3. f. 4. Ano 1814. Em Puna, Raquel Gil Montero relata as dificuldades do Exército do Norte para recrutar soldados. Cfr. Gil Montero, Raquel, *Guerra y frontera interna. La Puna de Jujuy a comienzos del siglo XIX*, apresentado na VI Jornadas Interseculares do Departamentode Historia. Salta, 2001.

<sup>30</sup> Os estudos das insurreições sociais nos Andes no contexto da guerra de independência têm merecido a atenção dos historiadores nos últimos anos A insurreição em massa tinha tido, nos Andes, um forte componente messiânico, de restauração inca, e inclusive de guerra santa. Uma forte diferença se observa entre as insurreições andinas anteriores a 1809 e as posteriores, quanto às suas legitimações e objetivos. Sobre o tema, existe uma abundante bibliografia. A participação popular tem sido objeto também de diferentes considerações por parte dos historiadores.

<sup>31</sup> Até esse momento, os chefes do Exército Auxiliar do Peru tinham cuidado de adquirir o gado de que necessitavam. Em 1813, Chiclana informa a Buenos Aires “... que ainda que tenha crescido o número de mulas que há na jurisdição desta cidade pertencente ao Estado (...) tem] procedido comprá-las de particulares...”. Terá de abonar a soma de 21.000 pesos para enviar gado ao exército que

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

sem encontrava em Yavi, Guacalera e Potosí. O custo dos pastores é alto, porquanto faltam homens como consequência do recrutamento para o exército. AGN. Sala 10. Gobierno de Salta 5.7.3.

<sup>32</sup> Otero, Miguel. *Memorias*. op.cit. p. 34 a 36.

<sup>33</sup> Ofício de José Apolinar Saravia a San Martín, 25-03-1814. AGN. Ejército Auxiliar do Peru – 1811-16. Sala 10- 23.2.3. In: Güemes, Luis, *Güemes documentado*. Editorial Plus Ultra, Buenos Aires, 1980, Tomo II, p. 90-92.

<sup>34</sup> AGN. Listas de recrutas das milícias rurais. 1811. Sala 10. 22.3.5.

<sup>35</sup> Umás semanas antes, Dorrego tinha aconselhado a San Martín utilizar as milícias locais e os campesinos para evitar o abastecimento do exército do Rei. AGN. Sala 10. Ejército Auxiliar do Peru, 1814,. In: Güemes, Luis, *Güemes documentado*. op. cit., p. 71-73.

<sup>36</sup> Cfr. Bobbio-Matteucci-Pasquino. *Diccionario de política*. Siglo XXI. 9ª Edição. 1995. Madrid. Tomo I, p. 813

<sup>37</sup> Em Humahuaca, se aloja na casa de Juan Francisco Pastor, que logo haverá de receber reconhecimentos por parte de Güemes quando foi governador. Pastor era um dos homens de confiança de Güemes.

<sup>38</sup> Cfr. Cornejo, Atilio. *Historia de Güemes*. [1945] Salta, 3ª edição. S/D.

<sup>39</sup> Nessas circunstancias, se manifesta contrário a Artigas e nasce sua inimizade com Rondeau. Cfr. Cornejo, Atilio, *Historia de Güemes*. op. cit. p. 90.

<sup>40</sup> A amizade com Pueyrredón era familiar. O pai de Güemes tinha sido Tesoureiro da Fazenda Real em Jujuy e, ao organizar-se a Intendência de Salta, mudou para esta cidade.

<sup>41</sup> Os Gorriti, vizinho de Jujuy, possuíam a estância dos Horcones, na fronteira de Rosário, jurisdição da cidade de Salta. Nas épocas da colônia, os peões desta estância possuíam *tacuaras* e lanças, além de algumas armas de fogo, o que era frequente nas propriedades da fronteira, e os proprietários justificavam seu uso pelo perigo do “infiel”. Cfr. Mata de López, Sara. “Clientelismo y ascenso social en la campaña salteña a fines de la colonia”, en *Anuario 18*. Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, Rosário, 1997/1998.

<sup>42</sup> Ofício de San Martín a Dorrego e Ofício de Dorrego a San Martín. AGN. Ejército Auxiliar do Peru, 1814. Sala 10. 3.10.7. In: *Güemes documentado*. Tomo II, op. cit. p. 71-73.

<sup>43</sup> Seu pai era um burocrata bourbônico e sua mãe pertencia a uma família conhecida de

Jujuy. Em 1798, seu pai tinha adquirido uma estância nas proximidades de Campo Santo, mas não era um proprietário importante.

<sup>44</sup> Quando, em 1814, o General realista Joaquín de la Pezuela retomou, pelas armas, Salta e Jujuy, contava, entre seus militares, com alguns saltenho, entre eles Saturnino Castro e Pedro Antonio de Olañeta, cujos familiares e amigos lhes proporcionariam apoio. Amparados por Pezuela, foram muitos sujeitos que vingaram e também foram muitos os comerciantes que aproveitaram para restabelecer suas vinculações com o Alto Peru ou cobrar dívidas ali.

<sup>45</sup> Em setembro de 1814, Rondeau informa que “... *Güemes não teria à disposição mais que uns poucos soldados e um número considerável de campesinos que o mesmo supôs reunir, entusiasmar, dar-lhes direção e empenhá-los em contínuas guerrilhas...*” para esclarecer poucas linhas depois que “... *o comandante Pedro José de Zavala tem sido o principal promotor da guerra que tem feito aqueles ao inimigo...*” Ofício de Rondeau ao diretor Supremo. La Concha, Setembro de 1814. AGN. Ejército Auxiliar do Peru, 1814. Sala 10. 4.1.1. In: *Güemes documentado*, Tomo II. op. cit. p. 207-208.

<sup>46</sup> Alberto Flores Galindo coloca com clareza a estrutura dos exércitos (patriotas ou realistas), protagonistas da guerra de independência, ao analisar os soldados e as montarias que atuavam no Perú. Cfr. Flores Galindo, Alberto. *Buscando un inca. Identidad y utopía en los ANDES*. Editorial Horizonte. Lima. 1988, p. 204-206.

<sup>47</sup> Em suas Memórias, Juan Manuel Paz, ao referir-se a Güemes em 1814, o considera “...*um simples comandante de milícias colocado na fronteira pelo General San Martín*”. Paz, Juan Manuel, *Memorias...* op. cit. p. 157.

<sup>48</sup> José de San Martín, por sua parte, organizava, em Mendoza, o Exército dos Andes, com o qual logrará ocupar, em 1812, a cidade de Lima. O domínio da Espanha na América ingressa em sua etapa final.

<sup>49</sup> Em julho de 1814, Pedro Pablo Arias Velásquez, em uma carta dirigida ao exilado Obispo Viduela del Pino, comenta-lhe que, na cidade de Salta, “...*as gentes que ficaram até agora estão saindo ou fugindo com mil riscos e trabalhos pela suma miséria que o lugar de nossos gaúchos tem aquele povo sem deixar-lhes nada em viveres, a fanega de farinha está a 30 pesos...*” AGN. Sala 10. Governo de Salta. 4.7.2.

<sup>50</sup> O poder de Güemes estará mediado pelos tenentes capitães e sargentos milícias. É importantíssimo prestar atenção a esses atores

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

sociais e políticos, e começar a estudá-los nas redes de poder local.

<sup>51</sup> Baczko, Browislaw *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Nueva Visión, Buenos Aires, 1991.

<sup>52</sup> Em 1815, o Tenente Governador de Jujuy reclama, ante ao Diretor Supremo, que Güemes, já Governador de Salta, ordenou deixar em liberdade um gaúcho que atropelou o seu patrão, Martín Ovejero, vizinho de Jujuy, enquanto disponibilizou uma tropa de homens para capturar a Ovejero e levá-lo a Salta para ser julgado. Deste modo, deixa bem claro que só ele pode julgar os gaúchos. Ofício do Tenente Governador de Jujuy ao Diretor. Jujuy, 10-09-1815. In: *Güemes documentado*, Tomo II. op. cit. p. 487.

<sup>53</sup> Ofício de Güemes a Martín Rodríguez (Jujuy, 17-09-1814), Ofício resposta de Martín Rodríguez a Güemes (Salta, 18-09-1814), esboço de Ofício do Governo a Rondeau (Buenos Aires, 15-10-1814). AGN. Ejército Auxiliar do Peru. Guerra. Julho a dezembro. Sala 10. 4.1.1. In: *Güemes documentado*. Tomo II, op.cit. p 317-319.

<sup>54</sup> Ofício de Rondeau ao Diretor Posadas. Quartel General da Concha. 7 de setembro de 1814. AGN. Partes de Batalha. 1811/1816. Sala 10. 23.2.3. In: *Güemes documentado*, Tomo II. op. cit. p. 195.

<sup>55</sup> Proclama que o cidadão Martín Miguel Güemes, Coronel Comandante do corpo militar de Civis da Campanha da Província de Salta, dirige a seus vizinhos e habitantes. Archivo Güemes. In: *Güemes documentado*, Tomo II, p. 301-303.

<sup>56</sup> Ofício de Güemes ao Conselho de Jujuy, Agosto de 1815. In: *Güemes documentado*. Tomo II, op. cit. p. 436.

<sup>57</sup> Ofício do Tenente Governador de Jujuy ao Diretor e esboço de resposta. Agosto de 1814. AGN. Partes de Batalha. 1811/1816. Sala 10. 5.5.2. In: *Güemes documentado*. Tomo II, op. cit. p. 480-483.

<sup>58</sup> Criação da Divisão Infernal de Gaúchos de Linha, Salta, Setembro de 1815. In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo III. p. 210-214.

<sup>59</sup> Ofício de Güemes ao Diretor Supremo, Salta, 11 de setembro de 1815. AGN. Ejército Auxiliar do Peru, 1815. Sala X. 4-1-2. In: *Güemes documentado*, Tomo III, op. cit. p. 28.

<sup>60</sup> Ofício de Güemes ao Diretor Supremo, Salta, outubro de 1815. AGN. Gobierno 1814-1818. Sala 10. 5.7.4, In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo III. p. 44-48.

<sup>61</sup> Em um trabalho anterior, analisamos mais detidamente a relação de Güemes com as autoridades de Buenos Aires e autonomia que,

em diferentes sentidos, adquire a província durante seu governo, assim como a relação de Güemes com a insurgência cochabambina. Cfr. “Conflictividad, insurgencia y configuración del poder en los ANDES meridionales. El caso de Salta entre 1800 y 1820”, CD. *III Congreso Internacional de Historiadores Latinoamericanos*, Pontevedra, Espanha, 2001.

<sup>62</sup> Ofício de Domingo French ao Diretor Supremo, Río de los Alisos, 28 de dezembro de 1815. In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo III. p. 113.

<sup>63</sup> Ofício de Hortiguera a Rondeau, Jujuy, 23 de março de 1816. AGN. Ejército Auxiliar do Peru, 1816. Sala 10. 4.1.3. In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo III. p. 335-336.

<sup>64</sup> Ofício de Güemes ao Diretor Supremo. Salta, Outubro de 1816. AGN. Sala X. Gobierno. 5.7.4. In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo IV, p. 69-71.

<sup>65</sup> Criação da Divisão Infernal de Gaúchos de Linha, Salta, setembro de 1815. AGN. Ejército Auxiliar do Peru, 1815. Sala 10. 4.1.2. In: *Güemes Documentado*, op. cit. Tomo III. p. 211.

<sup>66</sup> Atos do Conselho de Salta. In: *Güemes documentado*, op. cit. Tomo II, p. 395 y p. 410; Listas de recrutas das milícias rurais de Salta, ano 1811. AGN. Sala 10. Gobierno. 22.3.5.

<sup>67</sup> Tanto Quirós como San Millán E Figueroa adquirem terras durante o governo de Güemes. Especialmente San Millán compra do Estado, representado pelo senhor Governador, as terras da antiga redução\*\* de Miraflores, de excelente localização por sua proximidade com o rio Pasaje, a um preço realmente desprezível. ABHS. Protocolos Notoriais. 1816-1821

<sup>68</sup> Cfr. Mata de López, Sara “Tierras en armas...”, op.cit. p. 170-172.

<sup>69</sup> ABHS. Atuações referentes ao arrendamento de gaúchos. Salta, 1822.

<sup>70</sup> Em novembro de 1816, se ordena ao Capitão Eustaquio Medina, modesto estancieiro do Río del Valle (fronteira) “... que dos vizinhos dessa tropa que não sejam gaúchos, haverá você de buscar algum gado para que dê-lhe porção de carne à gente que vai se reunindo nela...” Ofício de Corte a Medina. In: *Güemes documentado*, op. cit. Tomo IV, p. 81-82.

<sup>71</sup> ABHS. Arrendamentos de gaúchos. Armario Gris.

<sup>72</sup> ABHS. Box 31 A. Fundo de Governo, Ano 1814. O presbítero Maestro José Manuel Salguero, padre reitor mais antigo da catedral de Salta, solicita que se reconheça compensação pelo valor de um escravo seu, que comprou em outubro de 1814 a 300 pesos quando tinha 19 anos de D. María Ignacia Arias Velázquez, (apresenta carta de compra) e pouco depois “...

## A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM SALTA E A EMERGÊNCIA DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

---

*me abandonou como gaúcho do 3º esquadrão e pegou em armas*". Seus direitos serão reconhecidos em 1823, após a morte de Güemes e só o indenizaram em 150 pesos.

<sup>73</sup> Cfr. Mata de López, Sara, "Tierra en armas... Salta en la revolución", op. cit. p. 166-168.

<sup>74</sup> Ata do Conselho de Jujuy de 16 de Setembro de 1815. In: *Güemes documentado*. Tomo II, op. cit. p. 458-467.

<sup>75</sup> É importante assinalar que também os gaúchos foram vítimas dos abusos de seus superiores e que nem sempre suas queixas por isso chegaram aos ouvidos de Güemes ou este os protegeu. ABHS. Tribunal Penal. Expte. 5. Causa criminal contra Tomás Villanueva, 1822. Tomás Villanueva era tenente do Esquadrão de Guachipas e convivia em adultério com a esposa de um gaúcho do mesmo esquadrão, sem que ela pudesse evitar. Dados proporcionados por Isabel Zacca.

<sup>76</sup> Domingo Arias, escravo do presbiteriano Salguero, se dirige a Güemes suplicando-lhe que "*...como é evidente que V. Exa. indispensavelmente tem que marchar até ao Peru e todos nós, para nossa infelicidade, ficaremos órfãos, recorro ao piedoso coração de V. Exa. para que a continuação de meu pedido proteja para que, durante sua ausência, ocorra que meu amo não me queira fazer voltar à escravidão de que tenho procurado libertar-me ao término de 10 anos, sacrificando com perseverança minha existência*". Güemes outorga a liberta solicitada e dispõe que, quando as caixas do Estado o permitam, se compense ao proprietário. ABHS. Box 31 A. Fundo do Governo, Ano 1814.

\*\* Reduções são povoados indígenas convertidos ao Cristianismo (N.T.)